



ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE PESQUISA E DOS PROJETOS DE PESQUISA DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá indicar a Linha de Pesquisa à qual a Proposta de Investigação se vincula e o Projeto de Pesquisa do(a) potencial futuro(a) orientador(a). O PPGDH tem uma Área de Concentração e três Linhas de Pesquisa:

Área de Concentração - Direitos Humanos e Cidadania

LINHA 1 - Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania

Pautada no campo da educação em e para os direitos humanos, tendo em vista uma educação crítica voltada para a pesquisa e a análise das políticas educacionais e para a formação de educadores, considerando os processos de subjetivação, a interculturalidade, diversidade cultural, os movimentos e as redes sociais, com vistas à inclusão social, à democracia e à cidadania.

PROJETOS VINCULADOS

PROJETO 1 (L1-P1)

Título do projeto: Educação em Direitos Humanos, Subjetividade e Cidadania

Docente: Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Descrição: O desafio da educação em direitos humanos: levando a sério a subjetividade no processo de afirmação da cidadania.

PROJETO 2 (L1-P2)

Título do Projeto: Educação em direitos humanos no ensino, pesquisa e extensão da graduação e pós-graduação.

Docente: Nair Heloísa Bicalho de Sousa

Descrição: O presente projeto se propõe a investigar a produção acadêmica da pós-graduação em direitos humanos e educação em direitos humanos na área de ciências sociais e humanas tendo em vista a Diretriz Nacional de Educação em Direitos Humanos promulgada pelo MEC em 30/5/2012; e também realizar um diagnóstico a respeito das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão na área do Direitos Humanos.



PROJETO 3 (L1-P3)

Título: Educação e Direitos Humanos – Problematizando e reconstruindo a relação

Docente: Pedro Demo

Descrição: Entre educação e direitos humanos pode haver vínculo efetivo, mas não linear, pois educação permite ser emancipatória ou reprodutiva. Na teoria althusseriana da educação como aparelho ideológico do Estado, a tendência é reprodutiva (submetida à infraestrutura). Nas teorias "críticas", especialmente de Paulo Freire, acentua-se a emancipação ("ler a realidade" para transformá-la). A visão althusseriana é determinista e por isso não é mais, em geral, usada de maneira direta. Contudo, guarda mensagem importante: sistemas educacionais facilmente admitem impactos excludentes quando, por exemplo, grande parte dos estudantes não aprende, como é no desempenho médio brasileiro na rede pública: 4% dos estudantes do ensino médio aprenderam matemática em 2019, indicando uma exclusão de 96% dos estudantes de um conteúdo considerado estratégico hoje, em especial nas profissões digitais mais elevadas. Para haver educação emancipatória, é imprescindível ocorrer políticas equalizadoras deliberadas que, assumindo a condição realista do estudante, considere seus déficits educacionais e se proponha a superá-los (por exemplo, atraso em matemática, dificuldades com gramática, inabilidade de elaboração textual, falta de leitura interpretativa, precariedade em educação científica etc.). A promoção "automática" entra em cena (deveria ser promoção continuada): não se reprova (o que é correto), mas também não se aprende (o que é fraude). Os estudantes não são efetivamente avaliados, acompanhados, sobretudo "equalizados", usando-se aqui avaliação para garantir o direito de aprender, não para excluir.

PROJETO 4 (L1-P4)

Título do projeto: Colonialismo/colonialidade e educação: cenários de resistência e subordinação e Narrativas Migrantes: formação, identidade e reinvenção de si

Docente: Rodrigo Matos

Descrição: Revisita dos marcos teóricos da educação latino-americana e brasileira, questionando-os, em suas diferentes tradições, naquilo que reforçam os traços da colonialidade do saber provocando-os pela proposta de uma reflexão nos marcos de uma Pedagogia da Resistência, no qual se pretende identificar a forma como teorias consagradas do campo educacional reproduzem elementos de dominação epistemológica, reforçam processos de epistemicídio e justificam, muitas vezes, a necropolítica de estado em sociedades desiguais como as latino-americanas.

Na última década, o fenômeno da migração desembarcou em profusão nas margens das Ciências Humanas, provocando-as a pensar o acontecimento, ao mesmo tempo em que a convivência entre os grupos, que buscam a sobrevivência através da fuga, do exílio com os grupos já fixados no território de destino, ganhava materialidade ao redor do mundo. Essa situação tem provocado uma série de tentativas de categorizações e iniciativas legais para se tentar dar conta do fenômeno, desde abordagens baseadas nos Direitos Humanos até reedições de propostas inspiradas nas soluções finais dos regimes totalitários da primeira metade do século XX, cujo mal banal produziu um ambiente cujo extermínio do outro encontrou justificativa. O Brasil,



após a promulgação da Lei de Migração (BRASIL, 2017), posiciona-se como uma nação de acolhida para sujeitos em situação de refúgio, exílio ou que por alguma necessidade compreenda que o país é um destino possível para a salvaguarda de seus direitos e condição humana. Objetiva conhecer a inserção dos sujeitos migrantes no sistema educativo brasileiro e as demandas que o fenômeno da migração traz para os diversos níveis da educação no Distrito Federal.

PROJETO 5 (L1-P5)

Título do projeto: A organização do sistema educacional inclusivo e a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino médio: um estudo comparado entre o Distrito Federal e Goiás

Docente: Sinara Pollom Zardo

Descrição: O presente projeto tem como objetivo geral compreender a organização da educação especial no sistema de ensino do Distrito Federal e do Goiás e o processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência visual no ensino médio. A pesquisa é de abordagem qualitativa e será desenvolvida em duas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal e do Goiás, identificadas pelo maior número de estudantes com deficiência visual (cegueira e baixa visão) matriculados, conforme último Censo Escolar MEC/INEP. Serão participantes da pesquisa: gestores estaduais responsáveis pela política de educação especial e do ensino médio das unidades federativas pesquisadas; gestores e professores que atuam no ensino médio com estudantes com deficiência visual nas escolas pesquisadas; professores que atuam nas salas de recursos e estudantes com deficiência visual que frequentam o ensino médio nas instituições escolares selecionadas. O desenvolvimento da pesquisa prevê a utilização de três instrumentos de coleta de dados: análise de documentos, questionários e entrevistas. Para a análise dos dados será utilizado o Método Documentário, em suas quatro fases: a interpretação formulada, a interpretação refletida, a análise comparativa e a construção de tipos. A pesquisa pretende contribuir para a formulação de políticas educacionais inclusivas no Distrito Federal, no Goiás, bem como na região Centro-Oeste. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

LINHA 2 - Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia

Reconhece a importância histórica das políticas públicas de direitos humanos para a garantia da cidadania e a construção de valores éticos balizadores de uma cultura democrática para a efetiva inclusão social. A temática da democracia participativa e representativa como elemento fundamental para a garantia dos direitos humanos e o reconhecimento das identidades/diversidades dos indivíduos, dos grupos e movimentos sociais na conquista de direitos.



PROJETOS VINCULADOS

PROJETO 6 (L2-P6)

Título: Construções tecnológicas em redes de ação pública: elementos políticos de transformação social no campo dos direitos humanos e da cidadania

Docente: Doriana Daroit

Descrição: O contexto atual, marcado pela aceleração tecnológica, coloca técnicas e tecnologias como centrais para as dinâmicas de transformação social e para a busca da garantia de direitos humanos e construção da cidadania. Cada vez mais, as capacidades de acompanhar e promover mudanças tecnológicas constituem-se como emblemas de inclusão e exclusão social, política e econômica e podem gerar ganhos ou perdas em direitos humanos e/ou cidadania. No entanto, técnicas e tecnologias não podem ser compreendidas somente a partir de uma racionalidade instrumental, pois expressam visões de mundo, significados, valores que as moldam e moldam nossas relações com outros e com o mundo. São, portanto, construções coletivas, em redes, que representam e definem relações políticas e sociais. Neste sentido, cabe perguntar quais os significados, as construções sociais e a quem estas tecnologias atendem e representam. Mais do que isso, quais as transformações que promovem ou indicam. Isto tem especial relevância para políticas públicas, cujos instrumentos visam direcionar as transformações sociais por meio da garantia de direitos e especialmente no contexto brasileiro, historicamente caracterizado por desigualdades estruturantes. Este projeto tem por objetivos investigar técnicas e tecnologias em redes de ação pública, discutindo-as em seus aspectos políticos que atenuam ou reforçam desigualdades e exclusões no campo dos direitos humanos e da cidadania e analisar novas construções tecnológicas que visem suplantam estas lógicas excludentes.

PROJETO 7 (L2-P7)

Título: Acesso à informação e cidadania

Docente: Elen Cristina Geraldês

Descrição: A contribuição do Direito de Acesso à Informação e à Comunicação para a mobilização pública, a construção da cidadania e o fortalecimento dos direitos humanos e animais. A representatividade midiática de grupos socialmente excluídos. Mecanismos de fortalecimento da Lei de Acesso à informação.

PROJETO 8 (L2-P8)

Título: Análise de Dinâmicas de Ação Pública Transversal e Participativa

Docente: Fernanda Natasha Bravo Cruz

Descrição: No Brasil, há processos participativos que consideram a complexidade e a multidimensionalidade de problemas públicos, exigentes de esforços de reconfiguração da gestão de políticas públicas. Em geral



voltados para a garantia de Direitos Humanos, as interfaces de interação socioestatal têm suas capacidades redefinidas de acordo com o contexto político, tendo encontrado oportunidades de institucionalização com o advento da Constituição Cidadã e nas gestões pautadas pela participação como método de governo, enquanto diversas possibilidades democratizantes foram arrefecidas devido à crise política instaurada em 2016. Nesta agenda de pesquisa, consideramos as dinâmicas e revezes de interações multitoriais transversais em fóruns híbridos, reconhecendo potenciais e limites conceituais para articulá-las às categorias de complexidade, ação coletiva e ação pública, bem como às noções de dialógica, referencial, estratégia e instrumento - este último, definidor da expressão de diretrizes, modelos organizacionais, mudanças e efeitos de instituições e eventos participativos. Para compreender o caráter participativo, tratamos como elementos da instrumentação os repertórios de interação entre movimentos sociais e autoridades públicas. Com o suporte de entrevistas, da observação de práticas e da análise documental, analisamos como operam instrumentos de ação pública transversal e participativa.

PROJETO 9 (L2-P9)

Título: A Sociedade Desigual

Docente: Mário Lisboa Theodoro

Descrição: Visa aprofundar questões levantadas no livro, sobretudo no que tange ao debate econômico do desenvolvimento e suas repercussões sobre a questão racial no Brasil.

PROJETO 10 (L2-P10)

Título: Entre continuidades e recriações: O pensamento africano no velho continente negro e na diáspora.

Docente: Wanderson Flor do Nascimento

Descrição: Ao interagir com a busca de produção de subsídios para o ensino da filosofia africana no contexto da educação básica brasileira, nos enfrentamos com a problemática de saber o que significa a filosofia africana e o que ela lega ao contexto diaspórico de herdeiras e herdeiros de tradições africanas, como nos palanques, quilombos, terreiros e outras práticas tradicionais diaspóricas de matrizes africanas. Partindo da hipótese de que as pessoas africanas produziram muito mais para os países da diáspora do que mera mão de obra para o trabalho escravizado e que estas trouxeram para o continente americano também saberes, valores e modos de pensar e conhecer, esta pesquisa busca mapear os diversos debates sobre o pensamento africano que têm sido evocados no contexto da diáspora, seja no contexto da busca do conhecimento das filosofias africanas, seja no contexto da busca política pelas raízes africanas que alimentam o fazer e pensar de pessoas negras na diáspora. No que tange à experiência brasileira, o contexto dos terreiros e dos quilombos serão privilegiados na investigação e o debate das relações raciais no Brasil será mobilizado para compreender de que modo se demanda o pensamento africano e se constitui um pensamento afro-brasileiro em torno do racismo e seu enfrentamento. A abordagem interdisciplinar será basilar para o trabalho investigativo, articulando não apenas a filosofia, mas também a história, as artes, as ciências da educação e sociais, inicialmente. Espera-se que esta pesquisa propicie elementos para constituir subsídios situados política e historicamente para o trabalho com o pensamento africano e afrodiaspórico na escola.



LINHA DE PESQUISA 3 - Democracia, Constitucionalismo, Memória e História

Centrada na concepção de direitos humanos como uma construção histórica implementada por meio de ações coletivas voltadas para a conquista da dignidade humana por intermédio da luta cotidiana a garantir e criar novos direitos. O ponto de partida são os bens materiais e imateriais necessários à vida digna.

PROJETOS VINCULADOS

PROJETO 11 (L3-P11)

Título: O Direito Achado na Rua

Docente: Alexandre Bernardino Costa

Descrição: A linha de Pesquisa e os respectivos projetos, a partir de Grupo O Direito Achado na Rua

(Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ), articula nos planos teórico e prático o potencial emancipatório do direito, compreendido como "a enunciação de princípios de uma legítima organização social da liberdade", o grupo reúne estudos sobre o (re)conhecimento de novos saberes e práticas pedagógicas, incluindo experiências de extensão universitária e outras formas de participação e aprofundamento da democracia. Estimula trabalhos em 3 dimensões: conhecimento do direito e suas formas de difusão; acesso à justiça, incluindo estratégias de defesa e produção de direitos socialmente constituídos pelos sujeitos coletivos de direito; e direitos humanos. Linhas de Pesquisa: 1. Educação em direitos humanos, novos saberes e práticas pedagógicas emancipatórias; 2. Acesso, democratização e controle social da justiça, assessoria jurídica e advocacia popular; 3. Constitucionalismo Achado na Rua; 3. Direito à cidade; 4. Direito, gênero e diversidade; 5. Direitos Humanos; 6. Movimentos sociais e sujeitos coletivos de direito; 7. O Direito Achado na Rua: concepção e prática; 8. Trabalhadores, justiça e cidadania. Além dos trabalhos individuais (teses, dissertações e monografias), enquanto contribuição de novos integrantes da linha seus estudos podem ser incluídos nas duas principais coleções editoriais do Grupo de Pesquisa: Série O Direito Achado na Rua, com 10 volumes publicados (Editora UnB) e Série O Direito Vivo, com 5 volumes publicados (Editora Lumen Juris).

PROJETO 12 (L3-P12)

Título: Agência histórica, direitos humanos e sentidos de cidadania

Docente: Ana Flávia Magalhães Pinto

Descrição: Pesquisas dedicadas à investigação da agência histórica de sujeitos individuais e coletivos negros,



indígenas, femininos e/ou LGBTQIA+ em processos de construção e disputa por democracia e direitos humanos em território amefricano entre os séculos XIX e XXI.

PROJETO 13 (L3-13)

Título: Cidades, história e memória. Processos urbanos, mobilidades e dinâmicas sociais

Docente: Christiane Machado

Descrição: O projeto insere-se na interconexão da Sociologia Urbana com a Sociologia das Migrações. Trata-se de abordar histórica e socialmente o fenômeno migratório em contexto urbano e transnacional, tendo em vista os direitos humanos.

PROJETO 14 (L3-14)

Título: Constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórica

Docente: Cristiano Paixão

Descrição: O constitucionalismo é um fenômeno complexo, controvertido e multifacetado, que perpassa diversos campos do conhecimento. Direito, filosofia, ciência política, sociologia, relações internacionais e outros saberes produzem pesquisas e análises acerca do constitucionalismo e seus desdobramentos: relação entre constituição e democracia, organização do Estado e dos poderes, participação popular, processos eleitorais, políticas públicas e direitos humanos, entre muitos outros temas. Nenhum desses campos, contudo, poderá prescindir da abordagem histórica. A constituição, como objeto de observação e investigação, apresenta inúmeros desafios à pesquisa histórica. Qual a relação entre a forma constitucional e a Modernidade? Como se desenvolveu e se desdobrou o conceito de constituição? Em que medida o constitucionalismo e a democracia se relacionam com o passado, o presente e o futuro? Entre as possibilidades de pesquisa que se apresentam, destacamos as seguintes: (a) Processos constituintes e fenômenos desconstituintes no constitucionalismo contemporâneo; (b) Narrativas literárias, manifestações artísticas, discursos institucionais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo: políticas do tempo, construções do passado, projetos de futuro; (c) Transição política e jurídica como narrativa histórica: construção de discursos, práticas e silêncios na história constitucional brasileira.

PROJETO 15 (L3-P15)

Título: O Direito Achado na Rua

Docente: José Geraldo de Sousa Júnior

Descrição: A linha de Pesquisa e os respectivos projetos, a partir de Grupo O Direito Achado na Rua

(Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ), articula nos planos teórico e prático o potencial emancipatório do direito, compreendido como "a enunciação de princípios de uma legítima organização social da



liberdade", o grupo reúne estudos sobre o (re)conhecimento de novos saberes e práticas pedagógicas, incluindo experiências de extensão universitária e outras formas de participação e aprofundamento da democracia. Estimula trabalhos em 3 dimensões: conhecimento do direito e suas formas de difusão; acesso à justiça, incluindo estratégias de defesa e produção de direitos socialmente constituídos pelos sujeitos coletivos de direito; e direitos humanos. Linhas de Pesquisa: 1. Educação em direitos humanos, novos saberes e práticas pedagógicas emancipatórias; 2. Acesso, democratização e controle social da justiça, assessoria jurídica e advocacia popular; 3. Constitucionalismo Achado na Rua; 3. Direito à cidade; 4. Direito, gênero e diversidade; 5. Direitos Humanos; 6. Movimentos sociais e sujeitos coletivos de direito; 7. O Direito Achado na Rua: concepção e prática; 8. Trabalhadores, justiça e cidadania. Além dos trabalhos individuais (teses, dissertações e monografias), enquanto contribuição de novos integrantes da linha seus estudos podem ser incluídos nas duas principais coleções editoriais do Grupo de Pesquisa: Série O Direito Achado na Rua, com 10 volumes publicados (Editora UnB) e Série O Direito Vivo, com 5 volumes publicados (Editora Lumen Juris).

PROJETO 16 (L3-P16)

Título: Constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórica

Docente: Menelick de Carvalho Netto

Descrição: O constitucionalismo é um fenômeno complexo, controvertido e multifacetado, que perpassa diversos campos do conhecimento. Direito, filosofia, ciência política, sociologia, relações internacionais e outros saberes produzem pesquisas e análises acerca do constitucionalismo e seus desdobramentos: relação entre constituição e democracia, organização do Estado e dos poderes, participação popular, processos eleitorais, políticas públicas e direitos humanos, entre muitos outros temas. Nenhum desses campos, contudo, poderá prescindir da abordagem histórica. A constituição, como objeto de observação e investigação, apresenta inúmeros desafios à pesquisa histórica. Qual a relação entre a forma constitucional e a Modernidade? Como se desenvolveu e se desdobrou o conceito de constituição? Em que medida o constitucionalismo e a democracia se relacionam com o passado, o presente e o futuro? Entre as possibilidades de pesquisa que se apresentam, destacamos as seguintes: (a) Processos constituintes e fenômenos desconstituintes no constitucionalismo contemporâneo; (b) Narrativas literárias, manifestações artísticas, discursos institucionais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo: políticas do tempo, construções do passado, projetos de futuro; (c) Transição política e jurídica como narrativa histórica: construção de discursos, práticas e silêncios na história constitucional brasileira.